



Reflexões acadêmicas





Mestranda em Educação na Univali Senai - SC. Pedagoga, psicopedagoga pela Universidade do oeste de Santa Catarina (Unoesc) e psicodramatista sócio-educacional em formação pela Conttexto, de Curitiba. Associada à Federação Brasileira de Psicodrama do Paraná (FEBRAP), e mestranda em Educação na Univali.
E-mail: dricabertoldi@bol.com.br

Correspondência:
Address:
Rua 222, 184 - apto 1003
Ed. Baía dos Golfinhos - Meia Praia
Itapema - SC
CEP: 88220-000
E-mail: dricabertoldi@bol.com.br

O ENSINAR E APRENDER: uma relação de poder entre o professor e o aluno

TEACHING AND LEARNING: a power relationship between teacher and student

Adriana Bertoldi*

Resumo

Este artigo problematiza a relação de poder entre o professor e aluno, considerando que em toda a relação há um poder estabelecido que determina qualidade dessa relação, os insucessos e fracassos, as formas como se concretiza o poder - no poder da conscientização, da linguagem, do controle, percebendo sua interferência na aprendizagem do aluno adulto. Na relação professor e aluno adulto não existe verdades. A relação é verdadeira, quando se reconhece limites, possibilidades e diferentes formações discursivas, onde a verdade está na intenção e na concepção de cada um dos envolvidos.

Abstract

This article investigates the power relationship between the teacher and the student, considering that in every relationship there is an established power which will determine the quality of this relationship, its failures and weakness, the forms in which the power is concretized - in the power of awareness, of language, of control, perceiving its influence in the learning of the adult student. In the teacher-student relationship, no absolute truths exist. The relationship can be said to be true when there is recognition of the limits, possibilities and different discursive forms, where the truth lies in the intention and concept of each of the participants.

Artigo recebido em:
13/08/2006
Artigo aprovado em:
15/11/2006

Palavras-chave

Ensino e Aprendizagem; Poder; Controle

Keywords

Teaching and Learning; Power; Control.

Introdução

O sentido deste texto é problematizar a relação de poder entre o professor e o aluno, percebendo a discussão como um instrumento de compreensão e análise dos possíveis insucessos e fracassos dessa relação. A intenção é ir mais longe, perceber como essa relação possibilita ou não a aprendizagem do aluno adulto.

Analisaremos mais de perto alguns aspectos desse conceito, apesar de que socialmente, em certa medida, parecer desnecessário, pois, aparentemente não há o que discutir sobre essa relação, porém, nos processos educativos há indícios de incompreensões, que constroem práticas arbitrárias e perversas, caracterizando-se como o melhor argumento e a melhor justificativa dessa reflexão.

Outra questão em pauta discutirá a “regulamentação” (FOUCAULT, 1997) da relação entre aquele que ensina e o que aprende, os poderes estabelecidos, as ausências que esse poder produz, seu papel na aprendizagem e, por fim, apontar algumas reflexões que possam contribuir para a compreensão desse tema e, se for o caso, sugerir algumas possibilidades.

O poder na relação

O ato de aprender implica, necessariamente, uma relação entre o que ensina e o que aprende. Uma relação que nem sempre é favorável, oportuna e eficiente. Nem sempre favorável no sentido de que o encontro entre o

professor e aluno, entre o que ensina e o que aprende, nem sempre se dá pela escolha, do querer estar ali; oportuna, no sentido de que o propósito de ensinar é possibilitar aprendizagem de alguém que, em tese, deveria estar disponível a aprendizagem no sentido de envolver-se nela e tê-la com resultado de uma construção que oportuniza desenvolvimento; e eficiente no sentido de proporcionar aprendizagens efetivas e, portanto, uma relação de parceria e cumplicidade, que nem sempre foi ou é assim. Segundo Tomaz Tadeu Silva (1993, p. 112), “Na história da modernidade em nome da razão e da racionalidade, freqüentemente se instituíram sistemas brutais e cruéis de opressão e exploração”. O poder da aprendizagem levou a quem entendeu seu poder, gestar o controle. “Aos professores e aos alunos, que estão imersos nesses grandes processos “deformadores” e todo-poderosos, cumpre conhecer esse inimigo para poder enfrentá-lo com segurança” (ADORNO apud PUCCI, 1999, p.14). O inimigo citado aqui é todo e qualquer ato que iniba o propósito do encontro entre o professor e o aluno – a aprendizagem qualificada que produza o novo, o desconhecimento, o estranhamento do apreendido já que este ato poderá sugerir, reconhecer e construir o novo, como uma experiência de primeira pessoa e não uma relação que coloca de um lado aquele que supostamente ensina e de outro aquele que supostamente aprende.

O lugar do outro

Essa relação implica reconhecer a existência do outro, seus respectivos papéis e a intencionalidade do encontro.

[...] os professores são necessários, mas não tão relevantes a ponto de se suprimir as capacidades dos alunos. Adorno corrobora esse pensamento e acrescenta a crítica ao fato das pessoas de desempenharem uma série de papéis que não permitem o contato com várias outras identidade (PUCCI; ZUIM, 1999, p.124).

O autor sugere a superação da visão que alimenta uma prática onde de um lado está somente o que ensina e do outro somente o que aprende. Relação “boa” é aquela em que o outro não desaparece ou perde sua identidade. O autor deixa claro que, quando uma das figuras cresce

muito a outra desaparece, denunciando, assim, que nesta relação há um poder pernicioso e perigoso. Uma relação que tem por intencionalidade auxiliar o outro em sua aprendizagem, não cabe suprimir a capacidade do outro, que neste caso é o aluno.

Os argumentos que Foucault utiliza como elemento para discutir poder define claramente que o ato de ensinar e aprender são atos de poder.

Se Foucault aproxima saber de poder, numa quase fusão, é claro que para ele não são a mesma coisa: poder e saber são dois lados de um mesmo processo. As relações de força constituem o poder, ao passo que as relações de forma constituem o saber, mas aquele tem o primado sobre este. O poder se dá numa relação flutuante, isso é, não se ancora numa instituição, não se apóia em nada fora de si mesmo, a não ser no próprio diagrama estabelecido pela relação diferencial de forças; por isso, o poder é fugaz, evanescente, singular, pontual. O saber, bem ao contrário, se estabelece e se sustenta nas matérias/ conteúdos e em elementos formais que lhe são exteriores: luz e linguagem, olhar e fala (VEIGA-NETO, 2003, p. 85).

Nesta perspectiva, o saber, visão construída historicamente, é uma produção daquele que ensina e o poder está nas mãos deste. Portanto, aprender é poder e se constitui num poder perigoso para aquele que entende que ensinar reside em permitir o acesso ao saber, em doses homeopáticas, para não colocar em risco quem tem o poder de ensinar, como se nessa relação existisse aquele que somente aprende e aquele que somente ensina.

O poder da conscientização

O saber como mediador da relação professor aluno vem travestido de conhecimento. Este deveria ter por função construir consciências como forma de poder e que dá poder “A degeneração da consciência (que se converte em mitologia) é produto de sua carência de reflexão crítica sobre si mesma, a única capaz de fazer calar o onipresente princípio de identidade”. (PUCCI; ZUIM, 1999, p. 79) continua afirmando que o conhecimento tem que ser a fonte da “[...] manutenção de um pensamento que ensina a ler as entranhas de cada objeto analisado” (apud ADORNO apud LIMA, 1990, p.79). Complementa-se o pensamento de Adorno com as palavras de Paulo Freire “é preciso muito

mais que ler as palavras, é preciso ler o mundo”. Talvez, se tivéssemos sido alfabetizados para ler o mundo, viveríamos numa condição social de maior acesso e menor discriminação. “Entre o conhecimento e o poder não existe apenas uma relação de laçao, mas também uma relação de verdade” (PUCCI; ZUIM, 1999 p. 113). Pensando sobre a relação entre o poder e o conhecimento penso que um papel social não existe sem o outro, o opressor forja o nascimento do oprimido que forja o nascimento do opressor.

O saber como poder produz consciências, portanto, a relação entre aquele que ensina e o que aprende implica um encontro de consciências que pensam e expressam de forma diferente, construindo aí o inusitado, o grande momento da aprendizagem – dar-se conta de algo, saciando a busca, promovendo “A satisfação da autoconsciência “[...] mediante o contato com outras autoconsciências” (PUCCI; ZUIM, 1999, p.79). Só existo porque a relação com o outro denuncia minha existência. Só acredita em isolamento, como princípio de vida aquele que perdeu a identidade coletiva. Identidade esta manifestada pela linguagem e que se revela como instrumento de concretização e manifesto dessa relação de poder. O ser humano não é um produto da linguagem, mas constituído por ela.

A linguagem como poder

A linguagem transforma-se em poder quando produzem códigos designadores de percepções que trazem embutidos em si as relações de poder. Esses códigos podem-se nomear de discursos. Veiga-Neto (2003, p. 107) entende que:

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder pelo qual nós queremos apoderar”. Traduz em linguagem, em códigos muitas vezes indecifráveis, impossibilitando que o discurso seja um instrumento de libertação, ou a aprendizagem pelo discurso seja um instrumento de libertação e não de dominação, complementando “a linguagem está enraizada não na coisa percebida, mas no sujeito ativo. É mais o produto do desejo e energia do que da percepção e memória. Ou nas palavras do próprio Foucault se a linguagem exprime, não o faz na medida em que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que falam.

A linguagem concretiza-se como poder nessa relação na medida em que constrói sentidos e regulamenta atos. Regulamentação aqui entendida como “acto de regulamentar; redacção e publicação de regras e regulamentos respeitantes a uma associação, instituto, etc” (UNIVERSAL, 2006).

No ato de aprender, a linguagem como produto da relação professor-aluno construiu códigos que historicamente fizeram os envolvidos compreenderem que a aprendizagem só se constituiria a partir de um mando concretizado em punição. “[...] a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime[...]” (FOUCAULT, 1997, p. 13). Punir era a prerrogativa de um bom comportamento.

Hoje é mais nefasto, pois, ao contrário de lá, no passado, aqui é proibido assumir o caráter punitivo da escola, da aprendizagem e da relação professor-aluno. Esta punição hoje é velada, é subjacente, vem travestida de diferentes argumentos que a justificam como adequada e pertinente. Esses argumentos manifestados diariamente nas salas dos professores, nas escolas, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe, parafraseando Foucault, como uma nova “ética” socialmente autorizada que, em nome da ordem e do controle, assimila e reproduz práticas autorizando as punições e práticas que em tese deveriam pertencer ao passado. Assim sendo “o castigo passou a ser a arte das sensações insuportáveis[...]” (FOUCAULT, 1997, p. 14). As sensações que a relação de poder entre o professor e o aluno produzem são muito interessantes e não vêm somente em forma de punição explícita. A exemplo disso, diz-se insistentemente que se respeita os tempos de aprendizagem de cada um, porém o aviso é claro, o aluno tem de fevereiro a dezembro para aprender determinados conceitos e respondê-los conforme a capacidade de compreensão do professor.

Sabe-se que o conceito de aprender e ensinar vão sendo alterados de acordo com o entorno cultural e social. O sujeito envolvido está atrelado a essa relação. Esse contexto faz parte da história do desenvolvimento e das relações por meio das quais o sujeito se constitui. Vale lembrar que o processo de aprender e ensinar não finda, é um processo que acontece de forma subjetiva em cada indivíduo de acordo com interferências sociais e culturais.

O ser humano é susceptível e absorve as influências do meio onde está inserido. Nessa troca, acontece, então, o aprender. Quando nos referimos ao aprender, subentende-se que exista algo ou alguém que aprende — supostamente o aluno — e algo ou alguém que ensina — supostamente o professor.

Aos professores e aos alunos, que estão imersos nesses grandes processos deformadores e todo-poderosos, cumpre conhecer esse inimigo para poder enfrentá-lo com segurança. Pois a tarefa da educação não é fácil: contribuir para a formação das novas gerações. Formação cultural que se exerce numa modernidade em constante trânsito (PUCCI; ZUIM, 1999, p. 13).

A superação da relação de poder entre o que ensina e o que aprende acontecerá na medida em que o ato de aprender passa a ser uma prerrogativa de todos, onde não existam escalas de aprendizagens. Porém, é importante destacar que ela acontece de forma diversa num universo diverso, onde as práticas e as intenções diferem, pois, de um lado estão as que emancipam, libertam e constroem autonomia e de outro as que massificam, que são meros decifreadores de códigos.

Segundo Ferri (2005, p.58), a relação de poder é dirimida à medida que o professor é sujeito mediador e assume esse caráter.

[...] aquele sujeito que está inserido no processo de humanização, que faz a educação por meio do ensino, que está implicado na tarefa de propiciar a apropriação crítica, criativa, duradoura e significativa da herança cultural (em termos conceituais, procedimentos e atitudinais), como mediação para a construção da consciência, do caráter e da cidadania plena para todos[...] (apud VANCONCELLOS, 2003, p. 58).

Que sejam reconhecidos como parte de um processo. Para Adorno/Horkheimer (1990, p. 124):

[...] os professores são necessários, mas não tão relevantes a ponto de se suprimir as capacidades dos alunos. Adorno corrobora esse pensamento e acrescenta a crítica ao fato das pessoas desempenharem uma série de papéis que não permitem o contato com várias outras identidades.

O autor sugere a descentralização do poder de ensinar e exercício de liberdade, tanto para quem ensina como para quem aprende.

Veiga-neto (2003, p. 31) afirma que “[...] a liberdade passa a ser a possibilidade de exercitar a atitude-limite como caminho para crítica e para a mudança, ou seja, a liberdade passa a ser entendida como a nossa real capacidade de mudar as práticas em que somos constituídos ou nos constituímos como sujeitos morais”.

O poder de domesticar é sutil, imperceptível para os desavisados, pois surge transmutado de necessidades e, em consequência disso, provoca mudanças de posturas e percepções que faz qualquer um duvidar da dominação a qual é submetido e submete simultaneamente.

O poder no controle

Em *Vigiar e Punir (1997)*, Foucault trata com muita propriedade do tema da “Sociedade Disciplinar”, implantada a partir dos séculos XVII e XVIII, consistindo basicamente num sistema de controle social através da conjugação de várias técnicas de classificação, de seleção, de vigilância, de controle, que se ramificam pelas sociedades a partir de uma cadeia hierárquica vindo do poder central e se multiplicando numa rede de poderes interligados e capilares.

A relação entre professor-aluno lembra essa descrição que Foucault faz sobre o complexo prisional da França, uma relação construída pela domesticação, onde os conceitos de utilização, aperfeiçoamento e docilização são as pautas dessa relação. Docilização traduzida em atos e arquiteturas. A prova disso está na formatação das salas de aula, das escolas (os panópticos), modelo este que se repete na arquitetura das escolas nos dias de hoje, símbolo perfeito do controle, da domesticação e disciplina dos corpos.

É polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos (FOUCAULT, 1997, p.170).

No discurso, todas as justificativas têm a intenção da salvação, do cuidado, da preservação. Neste sentido, a função do professor era construir corpos ausentes de mente, dóceis e manipuláveis e a aprendizagem de uma forma muito parecida com o conceito de punição descrito pelo autor.

Podemos perguntar o que mudou nessa relação, nessa construção. O que mudou foi a positividade do olhar, dos objetos, dos conceitos e as capacidades de análises e a liberdade de analisar, mas não necessariamente esta capacidade traduziu-se em práticas pedagógicas e superação de um poder.

Considerações finais

Por mais que se tente convencer, a relação entre o professor e o aluno foi, no passado, e é hoje calcada numa relação de poder. Um poder discutível,

pois, na maioria das vezes, não emancipa e tampouco constrói a idéia de aprendizado e organização. Trata-se de um poder socialmente delegado ao professor, que atribui à docência a prerrogativa do poder pelo ensinar.

A verdade é que na relação professor e aluno adulto, situação aqui proposta para ser analisada, não existe verdades. A relação é verdadeira, quando se reconhece limites, possibilidades e diferentes formações discursivas. A verdade, neste sentido, está na intenção e na concepção de cada um dos envolvidos, o professor e o aluno. Porém, essa relação necessita ser cuidada pelos envolvidos e interessados, no sentido de perceber que a história da educação, fundamentada num modelo eurocêntrico, sugere regulamentação desde a organização dos espaços e estruturas arquitetônicas das escolas, muito parecidas com modelo dos panópticos, e que este modelo, aceito ou não, tem se qualificado como a identidade da relação professor aluno e aprendizagem em nossos dias.

Cabe aos que não perderam a capacidade de duvidar, muitas vezes, considerados “malditos”, fomentar a crença da superação do determinismo educacional, desenvolvendo a capacidade de problematizar as relações de poder estabelecidas, que, em função da ausência da análise e da crítica, cristalizam visões, transformando-as em verdades absolutas e, de forma atravessada, legitimadas socialmente.

Referências

- FERRI, C. *Formação docente*: desafios contemporâneos. Ano 4, n° 6. Itajaí: Univali, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 19ª. ed. 1997.
- _____. *Microfísica do Poder*: 17ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HOKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In.: LIMA, L. C. (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PUCCI, B.; OLIVEIRA, N. R. de; ZUIN, A. Á. S. *Adorno*: O poder educativo do pensamento crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SILVA, T. T. (org.). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- UNIVERSAL EDITORES. *Dicionário on-line* disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx. Acesso em 01 de agosto 2006.
- VASCONCELOS, C. *Planejamento*: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político



CONTRA
PONTOS

pedagógico. SP: Libertad, 2000.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

